



## RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB A INSERÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TRABALHO, O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E O ENCARCERAMENTO EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Rafaella Ellen de Andrade Marinho;  
Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes;  
Maria de Fatima Pereira Alberto

**Programa de Apoio às Licenciaturas - Prolicen**

*CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Campus I - João Pessoa*

### INTRODUÇÃO

Trabalho Infantil (TI) é qualquer atividade, econômica ou de sobrevivência, remunerada ou não, exercida por menores de 16 anos, salvo na condição de jovem aprendiz, aos 14 anos (Brasil, 1990). As consequências incluem fadiga, dores, atrasos no desenvolvimento, evasão escolar e medidas socioeducativas. A partir da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil, em 2008, implementou a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), a qual lista todas ocupações que prejudiquem a segurança, moral e saúde dos jovens. Nela, consta o tráfico de drogas. Embora o ECA postule que tais jovens devam ser protegidos, a mão do Estado é punitiva, resultando na aplicação de medidas socioeducativas. É crucial identificar os jovens afetados por essas políticas; estudos indicam que a maioria dos socioeducandos foram trabalhadores infantis (Alberto, 2021). Para regulamentar a execução dessas medidas foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que tem como um dos seus princípios a proteção integral dos direitos e asseguarção do acesso à educação de qualidade e à profissionalização (Brasil, 2012). Mas percebe-se, a partir das pesquisas PIBIC/PIVIC nas unidades socioeducativas, a falta de clareza sobre esses direitos. Observa-se neles, porém, o desejo por atividades que discutam seus direitos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral propiciar espaços de debates e discussão com adolescentes e jovens em privação de liberdade, sobre trabalho infantil, processo de escolarização, envolvimento em atos infracionais, encarceramento e projeto de vida.

### METODOLOGIA

Foi usada a metodologia da Educação Popular para promover um olhar crítico e um diálogo participativo sobre a exploração da mão de obra infantil. Isso permitiu que os jovens analisem aspectos sociais, políticos e econômicos da história, facilitando seu acesso ao conhecimento acadêmico e à formação profissional em oficinas dialógicas. No que diz respeito aos participantes, duas duplas de estudantes de Psicologia, no papel de educadoras, realizaram, cada qual, o acompanhamento de um socioeducando. Os encontros ocorriam semanalmente, nas respectivas unidades socioeducativas em que os adolescentes se encontravam. Por sua vez, um deles passou a cumprir a medida de Liberdade Assistida.

Diante disso, os encontros passaram a ser realizados de forma online. Foi organizado um plano de curso para esse trabalho: foram separados textos, vídeos e outros materiais que abordassem temas como trabalho infantil, direitos das crianças e dos adolescentes, e saúde mental frente ao encarceramento. Além disso, esse planejamento também permitia que o socioeducando propusesse temas de seu interesse, assim como o uso de outros materiais, como música, por exemplo. A partir disso, iniciou-se uma formação prática para se tornar pesquisador. Essa etapa incluiu a apresentação e o treinamento no uso do instrumento chamado Mosquito Diagnóstico, que visa coletar informações biossociodemográficas de socioeducandos que foram trabalhadores infantis, examinando a presença ou ausência de trabalho infantil, a trajetória de trabalho, assim como dados sobre escolarização, envolvimento e saúde mental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Através das discussões, os educandos compreenderam sua trajetória no TI, confirmando a conexão entre o trabalho infantil e o encarceramento em medidas socioeducativas (Alberto; Costa, 2021), além do impacto no sofrimento mental. Isso levou as educadoras a debaterem temas relacionados ao trabalho infantil, considerando suas causas na violência contra crianças e adolescentes e suas consequências para o desenvolvimento biopsicossocial. Além disso, os educandos traziam elementos que dialogavam com os temas abordados, como músicas e experiências de outros socioeducandos que conheciam, reconhecendo, por meio dos novos conceitos assimilados, a presença do trabalho infantil e suas repercussões na saúde mental. Para a aplicação do instrumento Mosquito Diagnóstico, foram realizados roleplays com o educando, buscando fortalecer sua formação. Nessas encenações, os educandos e as educadoras alternavam entre os papéis de pesquisadores(as) e de participantes da pesquisa. Esses momentos permitiram que o educando incorporasse as experiências de cada papel, compreendendo as singularidades de cada um. Já a partir dos dados coletados, foi realizada a análise dos resultados. Além da fundamentação teórica, também se fizeram presentes obras artísticas que auxiliassem o educando em sua compreensão dos dados, assim como as experiências pessoais vivenciadas na infância e no sistema socioeducativo. Desse modo, músicas como "Tô ouvindo alguém me chamar", dos Racionais, foram usadas. Ela trata sobre o envolvimento por parte de crianças e adolescentes com atos tipificados como infracionais através de um processo de marginalização, o que conversava com os resultados obtidos. Ou seja, essa música atuou como um instrumento que auxiliou o educando na compreensão do mundo ao seu redor, a partir de uma análise crítica. Por fim, foi construído um relatório de pesquisa, analisando as informações alcançadas a partir da fundamentação teórica trabalhada nos meses anteriores. Esse relatório objetivou compartilhar as informações coletadas às instituições (UFPB e FUNDAC) e apoiar futuras ações de combate e enfrentamento de violações e violências contra crianças e adolescentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, vivenciar essa experiência consolidou uma formação baseada em uma Psicologia crítica e implicada com a transformação social através do enfrentamento à violação de direitos humanos, em especial, no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Esse trabalho possibilitou o exercício da escuta das pesquisadoras, prática indispensável na formação em Psicologia, assim como que os educandos encontrassem um espaço que possibilitasse os relatos de suas vivências, apropriando-se cada vez mais de seus direitos. Faz-se imprescindível que a academia também se debruce sobre esse tema ainda negligenciado em suas diversas facetas para que ocorra um maior entendimento sobre as trajetórias de vida desses jovens, desde a infância permeada por marginalização, até o encarceramento em medidas socioeducativas.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTO, M. F. P.; COSTA, R. R. Trabalho infantil e trajetória de vidas punidas e encarceradas com medidas socioeducativas. Paraná: CRV, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes que praticam atos tipificados como infracionais. Brasil, DF: Presidência da República.